



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVI SUP. A AO Nº 63, TERÇA-FEIRA, 4 DE MAIO DE 2021

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

3º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)

2º - Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)

3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)

4º - Senador Zequinha Marinho (PSC-PA)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochaël

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de março de 2021 4

1.2 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de fevereiro de 2021 28

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de fevereiro de 2021 34

1.3 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de fevereiro de 2021 35

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de fevereiro de 2021 45





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DO SENADO FEDERAL.

Às treze horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e nove de março de dois mil e vinte e um, no Plenário Virtual do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Ciro Nogueira, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Reguffe, Tasso Jereissati, Lasier Martins, Plínio Valério, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Antonio Anastasia, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Jean Paul Prates, Paulo Paim, Jaques Wagner, Alessandro Vieira, Cid Gomes e Leila Barros, e ainda dos Senadores não membros Soraya Thronicke e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Veneziano Vital do Rêgo, Flávio Bolsonaro, Kátia Abreu, José Serra, Oriovisto Guimarães, Omar Aziz, Irajá, Marcos Rogério, Fernando Collor e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência informa que, em 25 de fevereiro, a Comissão aprovou um requerimento para que o Sr. Alexandre Barreto de Souza, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) compareça, em audiência pública, à Comissão, para tratar do aumento dos preços de combustíveis. E enfatizou que um dos requerimentos constantes da pauta desta reunião está relacionado ao mesmo tema. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 5, de 2021** que: "Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do Req. nº 1 da CAE, para que seja convidado o Sr. Presidente da Agência Nacional do Petróleo, Rodolfo Henrique de Saboia, a comparecer a esta Comissão para prestar informações sobre o suposto Cartel formado entre as distribuidoras de combustíveis, que dominam o mercado." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** O requerimento é lido e aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 6, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que sejam convidados a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a venda da refinaria de Mataripe: o Senhor Roberto Castello Branco, Presidente da Petrobrás; e o Exmo. Sr. Almirante de Esquadra Bento Albuquerque, Ministro de Minas e Energia." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** O requerimento é lido e aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 8, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pública objeto do REQ 5/2021 - CAE, seja incluído o tema sobre fechamento da principal indústria de fertilizantes nitrogenados que é responsável pela produção de toda a ureia pecuária produzida no país e o fechamento da indústria, para a produção do gás essencial no tratamento de pacientes em estágio grave da Covid-19. Propõe, ainda, a inclusão de representante da Petrobrás." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** O requerimento é lido e aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 7, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Waldery Rodrigues Junior, Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a LOA 2021 aprovada pelo Congresso Nacional, bem como debater o assunto com o Diretor Executivo da Instituição Fiscal Independente, Felipe Salto." **Autoria:** Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** O requerimento é lido e aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 4, de 2021** que: "Requer a realização de Audiências Públicas sob a forma de Ciclo de Debates para Reequilíbrio Econômico para tratar sobre a alta de preços durante a pandemia." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** O requerimento é lido e aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Antonio Anastasia, Wellington Fagundes, Tasso Jereissati, Soraya Thronicke, Jean Paul Prates e Vanderlan Cardoso. Antes de encerrar a reunião, o Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião, que é dada como lida e aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e três minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/03/29>

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. Fala da Presidência.) – Meus colegas – vejo aqui muitos que já estão reunidos –; nosso califa-mor, Senador Esperidião Amin, que não está ainda ligado na sessão; meu amigo Antonio Anastasia e todos que estão reunidos, havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos desta Sessão Legislativa da 56ª Legislatura.

A presente reunião será para a apreciação, em caráter deliberativo, de requerimentos.

Quero lembrar aos meus colegas Senadores que havíamos aprovado, no dia 25 de fevereiro, um requerimento convidando o Dr. Alexandre Barreto, do Cade, para que ele comparecesse à CAE, para discutirmos esta questão que hoje inquieta todo o País, que é a questão do aumento dos preços dos combustíveis, mas depois foi lembrado por um colega que deveríamos também fazer um outro requerimento convidando o Dr. Rodolfo Henrique de Saboia, que é Presidente da Agência Nacional do Petróleo. Seria um debate para termos a devida consciência de por que os preços dos combustíveis no Brasil estão atrelados aos preços internacionais, inclusive sendo muito além daquilo que os consumidores de combustíveis – álcool, diesel ou gasolina – poderiam ter. Nós não temos ainda número regimental para a deliberação – tivemos número, até agora, para a abertura da sessão –, mas eu acho que é um tema que interessa a todos nós.

Além desse requerimento, há um requerimento também convidando o ex-Presidente – não sei se ainda é Presidente – da Petrobras, Dr. Roberto Castello Branco, e também o Almirante de Esquadra Bento Albuquerque, Ministro de Minas e Energia, para falarem sobre uma questão muito cara para nós aqui na Bahia, que foi a privatização da Refinaria de Mataripe. A Refinaria de Mataripe, aqui no nosso Estado, foi recentemente privatizada.

Então, são esses dois requerimentos que constam na pauta.

Eu perguntaria aos Senadores se há alguma outra colocação que queiram fazer a respeito de cada tema de interesse de cada um dos Srs. Senadores. *(Pausa.)*

Senador Anastasia, pronto? V. Exa. tem a palavra.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG) – Muito obrigado. Estava sem som.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – É um prazer revê-lo. Até pelo sistema remoto, me dá muita alegria revê-lo.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG) – Pois é.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Estou sempre em contato com o Wellington e o Amin, porque, na Comissão especial da Covid-19, o Wellington e o Amin participam muito. Por sinal, o nosso Senador Wellington Fagundes tem dado um *show* como Relator da Comissão especial da Covid-19. Não esperava outra coisa dele, como a dedicação, o estudo, a capacidade. Hoje mesmo tivemos uma reunião com o pessoal da Anvisa e, às 16h, teremos com o novo Ministro da Saúde para discutirmos esses temas ligados à questão da Covid-19.

Com a palavra meu amigo Antonio Anastasia. Que alegria vê-lo – pelo sistema remoto, mas é uma grande alegria!

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado, meu Senador Otto Alencar, meu Líder. Eu é que tenho a honra de participar da reunião sob a sua Presidência. Nós todos afastados, tomando as cautelas possíveis.

Hoje pela manhã, eu acompanhei pela televisão a reunião da Covid, Senador Wellington, e fiquei muito bem impressionado com a questão, que V. Exa. já tinha me participado, da transformação das fábricas de vacinação animal, da possibilidade de sua adaptação para vacina humana. Acompanhei de fato todo o debate. Gostei muito do exemplo do Senador Amin sobre as fábricas de automóveis da Ford transformadas em fortalezas voadoras durante a Segunda Guerra. É exatamente o que tem que acontecer novamente.

Meu Presidente, Senador Otto, minha presença aqui é para naturalmente aplaudir os requerimentos. Acompanharei a reunião aqui com o voto já preparado de apoio.

Muito obrigado.

Senador Wellington, meus respeitos a todos os colegas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pergunto se algum Senador...

Senador Wellington Fagundes com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, nós ainda não começamos oficialmente a reunião, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Já começamos oficialmente, abri porque havia quórum. Agora, não há quórum para abrir a deliberação. São necessários 14 Senadores; estamos em 10, faltam 4 Senadores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mas a reunião é interna ou já está sendo transmitida pela TV Senado?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Está sendo transmitida pela TV Senado. Faltam 4 Senadores para termos quórum e deliberarmos a respeito dos requerimentos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Como nós temos tempo até que dê quórum, eu gostaria de provocar dois assuntos aqui.

Primeiro, nessa reunião que vamos ter com a Agência Nacional do Petróleo, seria pertinente também questionar o fechamento de uma fábrica da Petrobras de oxigênio. Hoje nós estamos vivendo no Brasil um grande problema da falta de oxigênio. Em Mato Grosso nós tivemos várias mortes por falta de oxigênio nos hospitais.

Hoje eu estive visitando um hospital aqui, na Grande Cuiabá, em que o centro cirúrgico se transformou em UTI. Para o senhor ver como está a situação, V. Exa. que é médico sabe da dificuldade que vivemos. Imagine se amanhã chegar um paciente traumatizado que precise de cirurgia, e os centros cirúrgicos estão abarrotados, não tem mais onde fazer uma cirurgia. Não é nem questão de cirurgia eletiva; é cirurgia emergencial. Aqui o Mato Grosso está nessa condição.

Felizmente, nós tivemos uma reunião com o Ministro da Saúde. Eu quero parabenizá-lo porque ele tomou posse e no outro dia já estava reunido conosco. E, no final de semana, já chegaram dois aviões na cidade de Sinop abastecidos com botijões de oxigênio. Sabemos, então, que esse problema é sério.

Agora, se nós temos uma fábrica paralisada da Petrobras, isso é uma questão humanitária; não é mais questão econômica. Então, eu gostaria de pedir a V. Exa., como Presidente, que conduzisse essa questão no momento certo para fazer o questionamento.

Da mesma forma, Sr. Presidente, nós estamos fechando as nossas fábricas de ureia pecuária, no Brasil, da Petrobras – e ano passado eu denunciei muito isso. Se nós dependermos 100% de importação, nós vamos ter problemas sérios – isso nós alertamos no ano passado: primeiro, de importar no preço que puder e que eles quiserem vender e, segundo, o uso da pecuária agrícola no uso animal. Isso pode dar problema depois para a população. Portanto, essas questões não são só comerciais e econômicas para uma empresa, a Petrobras é do Brasil!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fica esse alerta aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, porque também isso... Inclusive uma das fábricas é na Bahia, mas para o Brasil isso é extremamente importante e tem a ver com a nossa Comissão de Assuntos Econômicos.

Em relação à essa questão da fábrica de vacinas, o Senador Espiridião Amin participou, o Senador Anastasia e V. Exa. também.

Eu quero até, aproveitando aqui, Sr. Presidente, esclarecer mais ainda, tentar esclarecer. Eu não consigo ser um Senador Anastasia, um Senador Espiridião, nem V. Exa. na capacidade de expor bem as minhas ideias, mas o que eu quero deixar claro é que, Senador Anastasia, não precisamos adaptar as nossas fábricas. As fábricas de vacina animal têm a mesma coisa de mudar o tipo de produto a ser fabricado, o princípio é o mesmo. Essas três fábricas são a partir de vírus inativados, a mesma tecnologia que é a da vacina Sinovac, é a mesma dessas três indústrias. Por isso escolhemos, de 22 indústrias, três, com um nível de biossegurança máximo mundial e com capacidade de produção de vacinas, necessário para o Brasil, que não precisa parar a produção de uma vez. Para uma etapa, produz a CoronaVac e continua produzindo as outras vacinas de saúde animal, sem nenhum problema, e com uma capacidade que nós temos praticamente ociosa.

Eu, em outro momento, quero fazer até uma denúncia também, em um momento mais adequado, porque o objetivo agora é fabricar a vacina. Eu acho que é isso que nós precisamos.

Então, só para, como isso está na televisão, dizer, Sr. Presidente, hoje, o que nós estamos importando? Não o IFA. O IFA não é nada mais do que a vacina. O que nós estamos importando são as grandes bombonas que vêm de avião, um frete caríssimo, que vão para o Butantan e aquilo é envazado em ampolinhas.

Então, nós...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Exatamente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É só isso que é feito, não tem nenhum processo que está sendo feito no Brasil.

Enquanto que, para as indústrias fabricando aqui, do que se precisa? É só a célula semente, a célula-mãe, que vem numa caixinha de chumbo desse tamanho, chega aqui nesta indústria, vai ser reproduzido e faz o IFA.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos capacidade de produzir tudo aqui a partir da célula-mãe, da célula semente, que se fala.

Agora, isso é sem quebrar a patente, nós não vamos quebrar a patente; para isso nós já temos os acordos. O próprio Butantan já anunciou que está ampliando o seu laboratório para produzir toda a cadeia aqui, a partir exatamente dessa célula-mãe.

Nós temos uma indústria instalada para salvar o brasileiro neste momento. Já passamos de 300 mil mortes; não pode ter nenhum aspecto comercial que sobreponha isso. É claro que não é essa a intenção, mas se fosse o caso, como o Senador Espiridião Amin colocou, até se fosse o caso teria que se quebrar patente, mas não é o caso. E o Brasil pode ajudar, com o seu parque instalado, até os países vizinhos e outros países, porque a vacina, no mundo, existente hoje... Apesar dos Estados Unidos terem sobra de vacinas, porque eles compraram – e é importante esclarecer – a vacina antes de ter a sua testagem porque o poder imunológico dessas vacinas atingiria a sua eficácia. Então, como é um país rico, eles investiram no momento.

Agora, é bom dizer... E aqui eu não quero crucificar totalmente o Governo, porque, no Brasil também, no início da pandemia, muitos correram, Governadores, Prefeitos compraram um produto e entregaram outro. E essas pessoas estão respondendo no Tribunal de Contas, na OGU; enfim, em todos os setores. Então, hoje nós temos excesso de controle. Há muito controle no Brasil, e, às vezes, não há a execução. E o servidor público hoje também está amedrontado, às vezes, para assinar um documento. Imagina você importar alguma coisa e isso não corresponder com aquilo que foi importado. Já há muita gente com processo, inclusive, o Prefeito da minha cidade, porque comprou respiradouros, e, na hora em que chegaram, não eram respiradouros. Então, tudo isso tem acontecido no Brasil.

Então, eu quero aqui pedir, inclusive pela influência de V. Exas... Agora, agora vamos começar outra reunião com o Ministério da Saúde, com o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério da Agricultura e também com o Sindan, exatamente para colocar, detalhar o que foi a nossa reunião da parte da manhã. Às 16 horas, nós teremos outra reunião com o Ministro da Saúde, para a gente exatamente conversar um pouco mais – vai ser na Comissão –, para que ele possa esclarecer não só a questão da vacina, mas também o problema dos insumos, porque hoje também há muita gente morrendo por falta de bloqueador e outros produtos necessários para manter alguém intubado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero agradecer imensamente, Senador Otto, inclusive, a participação de todos, do Senador Anastasia, que é uma das figuras mais proeminentes do Senado da República, com a sua experiência, com a sua competência. Eu gostaria muito que todos os Senadores pudessem entender esse processo da fabricação da vacina e esse parque instalado que está sendo colocado à disposição. E isso foi fruto, Senador Anastasia... Olha, na semana passada, desde o final da outra semana, nós temos nos reunido no final de semana, à noite, para produzir aquele simples documento que redundava em explicar de forma sintética que o Brasil pode, sim, produzir a vacina.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, Senador Wellington Fagundes. Inclusive, se V. Exa., desejar, pode encaminhar o requerimento, porque nós já temos quórum para votação. O requerimento que V. Exa. sugeriu eu posso colocá-lo em votação, inclusive, ainda nesta reunião. A questão que V. Exa. colocou a respeito da fábrica de oxigênio, se desejar, pode encaminhá-la, porque nós teremos tempo ainda. Já há quórum de votação.

Quero passar a palavra para o Senador Esperidião Amin e, em seguida, para o Senador Tasso Jereissati.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin. *(Pausa.)*

O Senador Esperidião Amin não conseguiu... Não estou ouvindo o áudio do Senador Esperidião Amin. *(Pausa.)*

Não conseguiu...

Senador? *(Pausa.)*

Eu estou vendo aqui que a conexão do Senador Esperidião Amin caiu. Então, passo a palavra ao Senador Tasso Jereissati, que também pediu a palavra.

Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Senador, V. Exa. está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Estou te ouvindo bem. Estou te ouvindo bem.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Saravá! Saravá!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Saravá, meu amigo!

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Senador Presidente, eu estou encaminhando também a V. Exa. um requerimento no sentido de trazermos a esta Comissão de Economia duas pessoas: uma, o Secretário da Fazenda; e a outra, o Felipe Salto, da IFI. Por que razão? Nós estamos diante de um problema muito sério na área econômica: todos os especialistas e o próprio Ministro da Economia têm dito que o Orçamento que nós aprovamos é inexecutável e fictício. Nós devemos entrar diante de um repasse, e esse assunto não está muito bem esclarecido por todos nós.

Então, eu pediria a V. Exa. que trouxesse o mais rápido possível à presença desta Comissão o Secretário da Fazenda e o Felipe Salto – sendo um responsável pelo Orçamento no Ministério da Economia e o outro, Felipe Salto, especialista do Senado em contas públicas. Agradeceria a V. Exa. se pudesse colocar extrapauta ainda hoje.

Obrigado pela atenção.

Saravá!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Obrigado. Agradeço a V. Exa.

Sem dúvida nenhuma, esse é um tema importante que está até chamando a atenção da imprensa, de que o Orçamento teve problema; e, até, segundo informações, estão subestimadas as despesas que parecem obrigatórias – se eu não me engano, foi isso que aconteceu – no valor de R\$37 bilhões.

V. Exa. pode encaminhar o requerimento, que nós o colocaremos em votação. No caso, seriam o Felipe Salto e o Secretário da Fazenda, que eu não tenho o nome, não sei qual o nome da pessoa – mas peço à minha assessoria, ao João e à Cynthia, que possa ver o nome e preparar para nós votarmos ainda hoje esse requerimento convidando-os.

Eu acho que é um tema importante, e realmente a Comissão de Assuntos Econômicos é o colegiado correto para a discussão desse tema, Senador Tasso Jereissati.

Algum outro Senador ou Senadora quer usar a palavra?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu quero, Senador Otto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas nesse sentido do Senador Tasso Jereissati, hoje eu li...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senadora Soraya, aqui tem o Senador Jean Paul e, depois, V. Exa., mas eu vou antecipar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k. Eu aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pode ser? Pois não.

Com a palavra o Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Rapidamente, Presidente: é apenas para lembrá-lo de que temos dois requerimentos aí, o Requerimento 5 e o Requerimento 6, de nossa autoria.

Queria aproveitar para saudá-lo, saudar os Senadores amigos que estão presentes e a Senadora Soraya também.

Sobre a questão das vendas das refinarias, eu preciso insistir nesse ponto – o Senador Anastasia vem acompanhando todo esse trabalho que nós temos feito –, para visibilizar esse problema, porque, claro, com tantos problemas que nos assediam todos os dias, a pandemia, o problema dos Governadores e Prefeitos, toda a gestão desse processo das vacinas, a luta para conseguirmos auxílios indenizatórios de toda a natureza porque o Estado brasileiro precisa garantir às pessoas para que não haja esse dilema entre proteger vidas e proteger a economia, debaixo disso tudo estão acontecendo operações que não deveriam estar acontecendo justamente por esse cenário caótico que nós estamos vivendo – por exemplo, a venda da refinaria do seu Estado, da Bahia, em Mataripe, que está agora em seus instantes finais. E tudo isso baseado numa suposição de dominação de mercado da Petrobras, de que ela jamais se defendeu junto ao Cade. O Cade apontou uma atividade antieconômica ou antimercado num ponto específico da costa brasileira lá atrás, em 2019, no Maranhão, uma atitude específica isolada e, a partir de um processo minúsculo, a Petrobras imolou essas oito refinarias, acordou em vendê-las. Isso já foi grave por si só porque ela prevaricou: não se defendeu jamais da atitude ou da atividade específica em que eventualmente foi denunciada.

Mas, além disso, a partir do momento em que se instalou uma pandemia no País, a Petrobras em momento nenhum foi ao Cade pedir prorrogação desse prazo e agora vende a primeira refinaria dessa série de oito por um preço metade do valor avaliado, US\$0,5 bilhão abaixo da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

própria apólice de seguro que a Petrobras mesma fez para o seu ativo, US\$0,5 bilhão de dólares abaixo da apólice que ela mesma fez para assegurar a refinaria. Veja que absurdo! É como se a gente tivesse o seguro de um carro e, um ano antes, para efeito de seguro, tivesse avaliado um valor e agora, simplesmente, aceitasse vender esse carro por – sei lá! – um percentual a menos no valor do próprio seguro. Então, isso está acontecendo porque nós estamos numa pandemia.

A Petrobras agora usa o contrário, inverte o argumento e diz: "Foi o Cade que me mandou vender nesse prazo". Mas ela, em primeiro lugar, nunca se defendeu e, em segundo lugar, nunca pediu uma dilação de prazo baseada na pandemia. Ora, nós suspendemos todos os prazos de tudo – os cartórios, as dívidas tributárias, as atividades das Comissões. Os Embaixadores estavam esperando aí na fila para serem confirmados por nós aqui no Congresso, no Senado. Uma série de coisas ganhou prazos. A única coisa que não ganhou prazo foi isso. E esse processo finalizou-se agora. Nenhum dos trabalhadores sabe o que vai acontecer com eles. Ninguém sabe quem está operando, quem vai operar a refinaria. Ninguém sabe o que vai ser feito, que produto essa refinaria vai priorizar, se ela vai abastecer o mercado brasileiro, se vai vender para fora. Ninguém sabe nada. O Governador do Estado não sabe nada. Ninguém sabe absolutamente nada. Então, além disso, há o quesito transparência.

E, para completar, há o quesito de conflito de interesse. Eu, agora mesmo, às 14h30, falarei com o Presidente da CVM a respeito do conflito de interesse dos próprios diretores, que agem como corretores, porque eles são remunerados – pasmem! – pelo valor da venda desses ativos. Eles são remunerados em bônus ao final do processo que eles mudaram nas suas próprias remunerações – mudaram também em 2019 –, são remunerados pelas operações fechadas. Vendeu uma refinaria, vendeu uma BR, vendeu as redes de gás, e aumenta o bônus. Então, eles não têm praticamente mérito nenhum. O lucro que a Petrobras vem apresentando não é um lucro de gestão, é um lucro de venda de ativos. É como se nós vendêssemos o Congresso Nacional e dissêssemos: "Olha, o Senado e a Câmara deram lucro este ano. Vamos vender o prédio, e passou-se a pagar aluguel". Então, claro, você tem um lucro circunstancial, mas não um lucro real, de gestão, de aperto de parafuso, de austeridade ou mesmo de ter ganhado uma nova reserva, descoberto alguma coisa fantástica, nova, que gere uma grande receita. Não é o caso.

Portanto, nesse cenário todo, nós achamos que, já que estamos funcionando remotamente, Presidente, é interessante trazer à Comissão, primeiro, o Presidente da Agência Nacional do Petróleo, que foi recém-nomeado – mas, como já passou bastante tempo, já tem noção das coisas, já está assentado devidamente, já está assessorado e tudo –, para falar sobre o que se está





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alegando também, que é um suposto cartel formado por distribuidoras de combustível para afetar os preços do mercado de combustível, da gasolina e do diesel. Porque, nessa questão de o preço ter subido – na verdade, para tirar o foco do principal, que é o preço na porta da refinaria, que está internacionalizado num país autossuficiente em petróleo, o que é um absurdo –, passaram alguns a analisar e a dizer: "Olha, a culpa é dos impostos"; e outros: "Não, a culpa é porque as empresas distribuidoras são um cartel".

Então, vamos ouvir a ANP, que avalia o *market share* de cada uma, as políticas de cada uma, as práticas, ela sabe quantas são, etc., para nos dizer se existe, realmente, um cartel funcionando na distribuição de combustível. Já analisamos que, do ponto de vista tributário, os governos não são culpados, porque eles atuam em cima de uma alíquota percentual em cima do preço base, que é o preço da refinaria. Então, não podem ter culpa sobre isso, e nenhuma alíquota foi aumentada ultimamente. Então, não é tributação. Se não é tributação, é o cartel? "Ah, não é o cartel"; ou: "É o cartel". Então, vamos atacar o problema do cartel.

E, por fim, queremos chamar o Ministro Almirante Bento mais uma vez, dessa vez para explicar a venda da Refinaria de Mataripe, especificamente sobre qual é o intuito, qual é a estratégia que está por trás disto, da venda dessas refinarias, sem nenhum grau de defesa junto ao Cade quanto à necessidade dessa venda e, principalmente, porque ela está sendo realizada em pleno período de pandemia pela metade do preço. Alguns analistas apontam metade do preço, e o Banco Pactual aponta 35% abaixo do preço, e as apólices de seguro que eu mencionei estão aí a R\$500 milhões a mais do que o preço por que está sendo vendida.

Então, há vários detalhes aí que a gente quer esclarecer junto ao Ministro e dizer se isso realmente é comandado pelo Governo ou se é uma atitude isolada dos gestores da Petrobras, que deverão, claro, ser responsabilizados por isso. Mas, como a empresa tem como acionista majoritário o Governo, imagina-se que todas as atitudes estejam sendo comandadas pelo acionista majoritário, o Governo Federal. Por isso o convite ao Ministro Almirante-de-Esquadra Bento Albuquerque, Ministro de Minas e Energia, aqui para esta Comissão.

São esses dois pedidos, Presidente Otto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Jean Paul, o que V. Exa. pede já consta nos meus dois requerimentos: o primeiro convidando o Presidente do Cade, Dr. Alexandre



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Barreto, junto com o Diretor-Presidente da Agência Nacional do Petróleo – o primeiro requerimento.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – E o segundo requerimento é convidando exatamente o ex-Presidente – não sei se ainda é Presidente – da Petrobras Roberto Castello Branco e o Ministro Bento Albuquerque para debater esse tema da privatização da Refinaria de Mataripe e outros temas que V. Exa. faça constar. O primeiro requerimento nós tínhamos aprovado no dia 25 de fevereiro, mas nós acrescentamos agora o Presidente da Agência Nacional de Petróleo, o Dr. Rodolfo Henrique de Saboia. Então, isso atende perfeitamente a V. Exa. Nós vamos só marcar depois as datas para realizar essas reuniões...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente. Isso. Perfeitamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pela ordem pede a palavra – e eu a concedo – a Senadora Soraya.

Senadora Soraya, com a palavra.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente. Quero cumprimentar todos que estão aqui.

Eu ia falar em relação ao que o Senador Tasso disse agora há pouco, sobre a questão da aprovação do Orçamento. É bom a gente ter essa clareza sobre tudo que envolve o Orçamento, porque eu já li tanta coisa hoje e já não sei mais a fonte do que eu vou falar, mas principalmente de que nós, Congressistas, teríamos que ser penalizados por responsabilidade em relação a isso.

Então, é importante que a gente esclareça à população o nosso papel na aprovação do Orçamento, porque já ficamos aqui sem ter noção do que é, do que não é. Fica complicado – viu, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

Agradeço a V. Exa. e passo a palavra ao Senador Vanderlan.

Senador Vanderlan com a palavra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Pela ordem.) – Presidente Otto, meus cumprimentos; também às Senadoras e aos Senadores aí presentes, Anastasia, Soraya, Jean Paul. São os que eu estou vendo aqui presentes.

Sr. Presidente, eu queria também fazer um pedido a V. Exa. para que colocasse extrapauta o requerimento de minha autoria. É um pedido nosso, o debate para o reequilíbrio econômico, Sr. Presidente. Nas últimas semanas, eu tenho usado muito a palavra aí no Senado para falar sobre esses monopólios que estão afligindo a vida dos cidadãos brasileiros. Infelizmente, Sr. Presidente, existem algumas empresas que detêm esse monopólio que estão abusando. O País está passando por essas dificuldades, e essas empresas estão trabalhando sem dó mesmo, com aumento de preço que é a cara do freguês, Sr. Presidente. Se você vai comprar resina, tem que olhar primeiro qual é a empresa, como é que é, e é preço do dia. Existe resina, Sr. Presidente, que já subiu aí – no caso da que é usada para o PVC – mais de 140% no último ano. O dólar subiu na média aí 35%, 38%. O aço está no mesmo rumo – o Senador Anastasia conhece bem essa área porque aí em Minas Gerais se produz muito aço; e o nosso Pará também: o Senador Zequinha está vendo aí –, com mais de 100% de aumento. E somos um dos maiores produtores de minério de ferro do mundo, Sr. Presidente.

Mas temos aí outros que vêm abusando também. V. Exa. acabou de falar do seu requerimento chamando o pessoal do Cade para falar sobre os combustíveis. O Senador Jean Paul falou com muita propriedade sobre a cadeia toda aí que compõe os preços dos combustíveis. Sabemos que os impostos são muito altos, mas nós precisamos ter um esclarecimento melhor de onde é que isto está pegando, esses aumentos, já que nós somos autossuficientes em petróleo.

Nós temos também bens duráveis – então, é um abuso –, transporte, bens de consumo, *commodities*, Sr. Presidente.

Para o senhor ter uma ideia também, fertilizante, ureia e adubo, há item desses aí que subiu mais de 100% em dólar – em dólar! – no último ano. E muitos falam que o produtor rural está rachando de ganhar dinheiro, mas se esquecem também de ver, do outro lado, o que aumentou para ele. Falava com um grande produtor rural, Presidente Otto, e ele dizia que tinha comprado uma máquina, uma colhedeira por 1,2 milhão, Senador Anastasia. Seis meses depois, ele teve que entrar numa lista; já a máquina, de 1,2 milhão foi para 2,24 milhões. E está ficando ingovernável.

Então, Presidente Otto, o que eu queria era começar, aí na CAE, a chamar esse pessoal para explicar, porque, às vezes, há coisas que nós não estamos sabendo, há coisas que estão... A gente



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

não está sabendo nem compor esses preços, não é? Fala-se muito em dólar, mercado externo, mas há muita coisa que é produzida aqui.

Nos produtos farmacêuticos, nós estamos vendo um abuso tão grande, Presidente. Agora, neste momento difícil por que estamos passando, nós estamos vendo material de intubação – o senhor que é médico, aliás, é médico de todos nós aqui... Há coisa que já subiu 1.000%.

Então, nós temos que saber desse pessoal por que é que eles estão agindo dessa forma. Qual é a fiscalização que estão fazendo? O Cade, eu não sei se ele está agindo de uma maneira correta ou se está fiscalizando, ou se é ele também que tem que fazer isso, certo? Porque, pelo que está acontecendo, está muito a Deus dar, não é? Esse pessoal que detém os monopólios está aproveitando de um momento em que a fiscalização em cima deles, ou pelo menos a cobrança de uma explicação, não está acontecendo.

Eu gostaria de pedir a V. Exa. que esse requerimento fosse colocado extrapauta, para nós chamarmos esse pessoal aí para explicar para nós. Aí entra custo bancário, que está aumentando muito. É o Requerimento nº 4.

São essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agora, V. Exa. deveria encaminhar as pessoas que seriam convidadas. V. Exa. tem os nomes que poderiam ser convidados? Porque no requerimento, não consta nenhum nome.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – Presidente, aprovado o requerimento, se V. Exa. assim achar, eu gostaria de definir isso com a própria Comissão, os membros da Comissão, porque o requerimento foi bem amplo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não. Tudo bem.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – O que é que nós temos aqui? Por exemplo, V. Exa., nessa parte médica aí, cuida demais, inclusive cuida da gente. Então, V. Exa. veria quem a gente vai chamar. O Senador Anastasia entende de todas as áreas, mas nessa parte econômica, há coisa aí com que ele nos ajudaria. Eu já busquei muitos dados com relação aos fertilizantes, adubos, as resinas, embalagens e tudo isso. A gente poderia ajudar, não é? Vejam aí, a Leila, o Reguffe, há tantos outros aí que podem estar... É muito extenso, e a gente veria aí, discutiria com a Comissão.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não. Vamos colocar em...

Há algum outro Senador que queira usar a palavra? (*Pausa.*)

Não tem, então nós vamos colocar os requerimentos.

O primeiro requerimento é o item 1, Requerimento nº 5, que inclusive é de minha autoria.

ITEM 1**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 5, DE 2021**

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do Req. nº 1 da CAE, para que seja convidado o Sr. Presidente da Agência Nacional do Petróleo, Rodolfo Henrique de Saboia, a comparecer a esta Comissão para prestar informações sobre o suposto Cartel formado entre as distribuidoras de combustíveis, que dominam o mercado.

Autoria: Senador Otto Alencar (PSD/BA)

Da minha autoria.

Vou ler todos os requerimentos para votação em globo, se os Srs. Senadores concordarem. Não tem nenhum problema.

Requerimento nº 6, também da minha autoria.

ITEM 2**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 6, DE 2021**

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que sejam convidados a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a venda da refinaria de Mataripe: o Senhor Roberto Castello Branco, Presidente da Petrobrás; e o Exmo. Sr. Almirante de Esquadra Bento Albuquerque, Ministro de Minas e Energia.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Otto Alencar (PSD/BA)

Da minha autoria também.

Agora, veremos o requerimento do nobre Senador Tasso Jereissati.

EXTRAPAUTA**ITEM 4****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 7, DE 2021**

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Waldery Rodrigues Junior, Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a LOA 2021 aprovada pelo Congresso Nacional, bem como debater o assunto com o Diretor Executivo da Instituição Fiscal Independente, Felipe Salto.

Autoria: Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE)

Esse é o requerimento do Senador Tasso Jereissati.

Por último, o requerimento do Senador Vanderlan.

EXTRAPAUTA**ITEM 5****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 4, DE 2021**

Requer a realização de Audiências Públicas sob a forma de Ciclo de Debates para Reequilíbrio Econômico para tratar sobre a alta de preços durante a pandemia.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)

Ele requer, nos termos da Constituição Federal, art. 58, §2º, inciso II, do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas sob forma de discutir, de debater, o ciclo de debates para o reequilíbrio econômico no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos, para tratar sobre a alta de preços em diversos segmentos econômicos, como serviços,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

alimentação, agronegócio, insumos, máquinas, equipamentos, combustíveis, transporte, bens de consumo, embalagens e matérias-primas, bens duráveis, *commodities*, siderurgia, mineração, materiais básicos, construção civil, telecomunicações, saúde, medicamentos, insumos, custos bancários, dólar, entre outros que impactam o cotidiano e o preço de todos os insumos necessários a essas atividades a que se referem.

Falta aí o requerimento do Senador Wellington Fagundes, que ainda não me foi... Ah, foi encaminhado já aqui agora.

EXTRAPAUTA**ITEM 3****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 8, DE 2021**

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 5/2021 - CAE, seja incluído o tema sobre fechamento da principal indústria de fertilizantes nitrogenados que é responsável pela produção de toda a ureia pecuária produzida no país e o fechamento da indústria, para a produção do gás essencial no tratamento de pacientes em estágio grave da Covid-19. Propõe, ainda, a inclusão de representante da Petrobrás.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Esse é o requerimento do nobre Senador Wellington Fagundes.

Então, lidos os requerimentos, dois requerimentos da minha autoria; um da autoria do Senador Tasso Jereissati; um, do Senador Vanderlan Cardoso e também um do Senador Wellington Fagundes, eu pergunto aos Srs. Senadores se há condição de votar em globo os requerimentos.

Se concordam, eu coloco em votação os requerimentos.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovados os requerimentos que foram lidos nesta tarde aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que são temas importantes que foram colocados. Creio que, já na próxima semana, esta semana é Semana Santa – eu quero dizer aos senhores que já tomei a primeira dose da vacina, estou mais encorajado –, poderemos marcar, até com a minha presença aí em Brasília, quem sabe, se as coisas melhorarem, a primeira reunião que teremos com o Dr. Alexandre Barreto, Presidente do Cade, e também com o Presidente da Agência Nacional do Petróleo.

Vou ver se marco para a próxima terça-feira ou quarta-feira pela manhã. Já faríamos a primeira reunião para discutir essa questão do aumento, que nós consideramos excessivo, dos combustíveis. Até porque lembro aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que eu aprovei, ainda no ano de 2018, um projeto de resolução da minha autoria, um projeto de resolução que o Senado aprovou para permitir a venda direta dos combustíveis tanto das refinarias de álcool, como de combustíveis de maneira geral, como gasolina e diesel, diretamente para os postos de gasolina, derrubando, assim, a Resolução nº 43 da Agência Nacional do Petróleo. Está na Câmara dos Deputados. Agora, eu soube que o Presidente Arthur Lira vai colocar em votação.

O Senador Vanderlan, inclusive, disse que no Estado dele, em Pirenópolis, existe uma usina de álcool, que produz álcool, mas tem que ir para Goiás, para a distribuidora, e voltar para o posto de Pirenópolis, ou seja, dá uma viagem para ir e para voltar e aí aumenta, mais ou menos, pelo cálculo que é feito, em torno de 10% o preço dos combustíveis.

Então, é preciso discutir isso, por que não permitir que esse combustível seja vendido diretamente aos postos e, daí, para o consumidor. Eu sempre defendi essa posição e acho que chegamos num momento, agora, de discutir para verificar, através dos dois senhores que serão convidados, uma solução para esse problema.

Eu pergunto se algum outro Senador ou Senadora quer usar a palavra. A palavra está franqueada.

Senador Wellington Fagundes com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é apenas para corroborar a mesma linha do Senador Vanderlan. O álcool produzido no Mato Grosso tem que ir também para São Paulo e voltar.

Então, essa situação, realmente, da logística aí é algo que a gente não consegue entender.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Um absurdo!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mas eles devem ter explicação, não é?

Por isso, precisamos ouvi-los.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Exatamente.

E eu espero que o Presidente da Câmara, o Deputado Arthur Lira, coloque em votação. Já existe um movimento muito grande nesse sentido. Passou muito tempo lá com o ex-Presidente Rodrigo Maia, não foi votado. E eu me lembro – o Senador Wellington e o Senador Anastasia devem se lembrar – de que, no dia em que aprovamos no Senado, naquela porta da entrada do Senado bombava de lobistas pressionando para que não fosse votado. Mas os Senadores e as Senadoras, àquela época, 2018, todos votamos a favor e aprovamos. Lamentavelmente, até agora, não houve essa discussão na Câmara dos Deputados.

Há algum Senador ou Senadora que queira usar da palavra? (*Pausa.*)

O Senador Antonio Anastasia não vai falar alguma coisa?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG) – Convocado pelo Presidente, eu já falei no início.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Em qualquer sessão que V. Exa. esteja presente, todos vão querer que V. Exa. fale.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – V. Exa. fala muito bem, explica muito bem as coisas, com esse jeito mineiro clássico de falar.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Pela ordem.) – Um mineiro muito discreto.

Mas eu queria corroborar com os requerimentos.

O Senador Vanderlan foi muito feliz. Essa alta de preço que ele identifica está generalizada, está afetando o custo da produção. O Senador Wellington conhece isso melhor do que ninguém, como Presidente da nossa Frente Parlamentar de Logística, e sabe que o custo Brasil participa disso também.

Eu acredito, Senador Vanderlan, que um dos nomes que teríamos de chamar é um conterrâneo meu, o Dr. Robson de Andrade, Presidente da CNI, porque a Confederação Nacional





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Indústria tem uma visão holística, global de várias cadeias produtivas – ao lado de outros nomes, é claro –, para nós tentarmos identificar, de fato, o que está havendo no Brasil: se é um processo inflacionário, se é uma questão do dólar, se é uma questão do custo Brasil. Nós reformamos as relações trabalhistas, então, o custo do trabalho reduziu um pouco. Então, o que está acontecendo? Quais são os percalços? E, claro, temos de ouvir também o Governo.

Queria, então, dizer isso e cumprimentar o Senador Wellington, mais uma vez, pela iniciativa que ele tomou nessa questão das vacinas animais. E ele explicou muito bem que nem se precisa de adaptação nenhuma; então, é muito além do que eu até imaginava, ou seja, já está prontinho. Então, nós temos, de fato, um grande instrumento nas mãos, até do ponto de vista geopolítico, ou seja, para a região no futuro. Depois, é claro, de vacinarmos nós, brasileiros, nós teremos condições de dispor até para os países vizinhos que também têm dificuldades.

E, Presidente, já que V. Exa. me deu a palavra, o Senador Tasso e a Senador Soraya, corroborando, trouxeram a lume um assunto delicado. Eu estou vendo nos últimos dias, também hoje pela imprensa – e há hoje um artigo muito forte do ex-Ministro Mailson da Nóbrega –, a questão do orçamento que nós votamos. A Senadora Soraya até se preocupou com a questão da responsabilidade, que não existe em relação aos Parlamentares, porque nós temos imunidade nos votos, mas, se existe algum equívoco técnico, e parece que, como disse o Presidente Rodrigo Pacheco ontem, na boa entrevista que ele deu à Globo News – não sei se todos assistiram –, houve uma orientação do Governo durante todo o período, então, estranha também dizer que o orçamento está com essa deficiência, já que o Governo participou da elaboração da peça orçamentária. Mas acho que o debate sugerido pelo Senador Tasso é muito bom.

E, por fim, eu queria fazer aqui – e já o fiz do meu Twitter, mas queria fazê-lo aqui da TV Senado – mais um registro, não de desagravo, porque não precisa, mas da minha homenagem ao IFI, ao trabalho feito pelo Felipe Salto, pela sua equipe, de altíssima qualificação, que foram injustamente, na semana passada, objeto de uma assertiva equivocada. Mas eu acho que o Senado está muito bem servido, até pelo reconhecimento que o IFI está tendo, não só entre os Senadores, mas no meio acadêmico e no meio econômico de todo o Brasil. Então, faço esse registro por ser de justiça, não só ao economista Felipe Salto, mas também a toda a sua equipe.

Então, Presidente, agradeço a gentileza da concessão da palavra e o cumprimento, bem como os nossos pares.

Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O Senador Wellington deseja falar?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu só queria também esclarecer ao Senador Anastasia que, dessas três fábricas, duas fábricas estão em Minas Gerais: uma em Montes Claros, outra em Belo Horizonte. Portanto, é Minas que vai ajudar muito ou que vai continuar ajudando o Brasil ainda.

E, nessa questão em que o Ministro Paulo Guedes respondeu dessa forma à IFI, realmente foi numa indagação que eu fiz a ele. Eu penso que o trabalho que a Instituição Fiscal Independente do Senado da República faz é um trabalho da maior seriedade, mas talvez fosse, Senador Anastasia, o momento, quando V. Exa. entender, até de procurar ter aqui na Comissão de Assuntos Econômicos um embate, um debate entre os dois, para a gente ver quem tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

Algum outro Senador ou Senadora deseja usar a palavra? (*Pausa.*)

Não? (*Pausa.*)

Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, eu quero parabenizá-lo, porque, se o senhor não pede ao Senador Anastasia para falar, nós iríamos fazer um abaixo-assinado para, na próxima reunião nossa, sempre ouvir o Senador Anastasia falar. É muito bom ouvi-lo falar, como também o Senador Tasso, que fala com muita sabedoria, com muita propriedade.

Eu queria aqui aproveitar a oportunidade e pedir um apoio ao projeto de lei que eu apresentei, Senador – e eu sei que o senhor está apoiando –, que é o Projeto 1.033, que é com relação à compra de vacinas.

Eu sei que está havendo muita discussão nesse sentido, mas a intenção, desde o início, quando saiu o plano nacional de imunização, Senador Anastásia, era a de que, quando houvesse a vacina – isso quando houvesse –, tanto a iniciativa privada como a pública... E eu venho falar um pouco do que eu fiz, nesse quase um ano de reuniões com os planos de saúde, com empresas,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

com federações, com associações, com Prefeitos, quanto a essa flexibilização do plano nacional de imunização. Eu citei até, Senador Otto – acho que foi com V. Exa. mesmo –, o caso da nossa empresa, que hoje tem algo em torno de 2 mil funcionários, o que não chega muito perto, Senador Tasso, do que o senhor tem. Quando fosse liberado, quanto houvesse essas vacinas, nós compraríamos 4 mil – eu citei como exemplo, mas poderiam comprar até mais, 5 mil, 6 mil, 7 mil, vai depender muito do bolso de cada um –, aplicaríamos nos 2 mil funcionários e cederíamos o restante para o Município, para o Sistema Único de Saúde e assim por diante. Da mesma forma, tive reuniões com representante de plano de saúde que queria até comprar a vacina para vacinar os seus associados, aqueles que têm os planos de saúde, como a Unimed. Então, com isso, a gente desafogaria um pouco...

A minha preocupação – e eu sei que é a dos senhores também – é que está muito lenta a nossa vacinação. Ela está muito lenta, e a economia está aí... Não preciso nem ficar debatendo nem falando o que que está acontecendo, Senador – e é no Norte, no seu Nordeste, aqui no Centro-Oeste –, com as dificuldades tanto dos funcionários, dos trabalhadores, como das empresas, das prefeituras... Agora está todo mundo no bolo.

Eu apresentei esse projeto para que a gente... Se houver condições de nesta semana colocá-lo em pauta, é melhor essa discussão em cima desse projeto. É um projeto muito simples, no intuito de mudar um pouco essas regras que tem hoje o plano nacional de imunização.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, Senador Vanderlan.

Há algum outro Senador que deseja usar a palavra? (*Pausa.*)

Não? (*Pausa.*)

Mais nenhum outro Senador deseja usar a palavra.

Antes de encerrar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores e Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tive agora a informação de que o Ministro das Relações Exteriores pediu demissão do cargo. Acho que isso já pacifica um pouco a situação do Ministério das Relações Exteriores com o Senado Federal, em que a Senadora Kátia Abreu, de forma leviana e sem nenhuma motivação, até porque não provocou absolutamente, recebeu uma agressão. Fizemos aí esse ato de desagravo à Senadora Kátia Abreu. Espero que as coisas possam andar em melhor condição e que o Presidente coloque à frente do Ministério das Relações Exteriores alguém que possa restabelecer as relações com os principais parceiros do Estado brasileiro – a China, os Estados Unidos – para termos aí uma condição melhor com o nosso País.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos os Senadores e Senadoras.

Muito obrigado.

(Iniciada às 13 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 53 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quinze horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Wellington Fagundes e Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Dário Berger, Marcos do Val, Fabiano Contarato, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Jorginho Mello, Rogério Carvalho, Eduardo Girão, e ainda dos Senadores não membros Alvaro Dias, Cid Gomes e Otto Alencar. Deixam de comparecer os Senadores Paulo Rocha, Telmário Mota, Mara Gabrilli, Rodrigo Cunha, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz, Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Ciro Nogueira e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição. Finalidade:** Instalação da Comissão e eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor para o biênio 2021/2022. **Resultado:** Eleitos por aclamação para Presidente o Senador Reguffe e Vice-Presidente o Senador Marcos do Val. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Reguffe

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem como finalidade instalar os trabalhos e eleger o Presidente e o Vice-Presidente desta Comissão para o biênio 2021-2022.

Como candidato a Presidente, temos a indicação do Senador Reguffe. Até dois minutos atrás, nós não tínhamos a indicação para Vice-Presidente, mas o Senador Reguffe já conversou com o Senador Alvaro Dias, Presidente do partido, e já falamos ao telefone.

Só para explicar aqui, em termos de escolha partidária, o Podemos teria direito à terceira escolha. O Podemos, então, já definiu por esta Comissão. Na sequência de todos os outros partidos, o Podemos, com nove Senadores, ficaria também com uma sobra de 0,444.

Como o Podemos definiu agora pela indicação do Senador Marcos do Val como Vice-Presidente – nós nos entendemos aqui na condição de Líder do Bloco Vanguarda e também estava agora há pouco aqui o Líder do PL, o Senador Portinho – o PL, então, teria essa condição de escolha na mesma condição, três Senadores: Cidadania, PROS, PDT e PL. Então, a escolha da 10ª, 11ª, 12ª e 13ª. Nas mesmas condições, provavelmente teria que fazer um entendimento ou até um sorteio.

Então, o Podemos se sente contemplado hoje na indicação da Presidência da Comissão com a indicação do Senador Reguffe e também a indicação do Senador Marcos do Val como Vice-Presidente.

Dessa forma, consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras se podemos proceder às eleições por aclamação em vez de procedermos por votação nominal.

Havendo concordância e nenhuma objeção, passamos, então, à votação por aclamação.

Aqueles que concordarem com a eleição do Senador Reguffe para Presidente permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Da mesma forma, aqueles que concordarem com a eleição para Vice-Presidente, também por indicação do Podemos, o Senador Marcos do Val, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Então, estão eleitos, por aclamação, Presidente Reguffe e Vice-Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

Declarando, então, eleitos V. Exas., quero convidá-los para assumirem, então, esta honrosa Comissão com tantos temas importantes que ela tem sob a sua responsabilidade. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero, em primeiro lugar, agradecer ao Senador Wellington Fagundes, que conduziu a reunião até aqui e conduziu essa eleição.

Queria agradecer a todos os Senadores presentes, ao Senador Dário Berger e a todos os outros Senadores que me escolheram como Presidente desta Comissão. E queria convidar o Senador Marcos do Val para vir aqui para a mesa, como meu Vice-Presidente. Tenho certeza de que vamos fazer um trabalho profícuo, conjunto, em favor da sociedade brasileira, que precisa muito desta Comissão. É uma Comissão que tem um papel muito especial, que congrega as áreas de fiscalização e controle – é uma das funções precípuas de um Poder Legislativo a fiscalização dos atos e dos gastos dos governos. Então, é muito importante que esta Comissão cumpra esse papel para a sociedade brasileira – e, além disso, a área de defesa do consumidor; consumidor esse brasileiro, que vem sendo dia a dia vilipendiado nas mais diversas áreas.

Considero importante que esta Comissão faça audiências públicas. Estou apresentando já um conjunto de pedidos de audiência pública, envolvendo o aumento do preço dos combustíveis no Brasil, que precisa ser discutido no âmbito do Poder Legislativo, e também a questão dos planos de saúde. Hoje as operadoras de planos de saúde se utilizam de uma artimanha para ludibriar o consumidor, se negando a vender planos individuais e obrigando o consumidor a ter que adquirir planos coletivos, em que o consumidor não tem garantia nem de preço justo na renovação nem se essa renovação será feita. Então, isso tem que passar, sim, pelo Poder Legislativo, que é o lugar que a sociedade brasileira tem para debater esses assuntos.

Quero agradecer a todos os Senadores e dizer que pretendo fazer reuniões deliberativas desta Comissão de 15 em 15 dias, de forma semipresencial, durante essa pandemia. Os Senadores que puderem estar presentes, estarão. Os Senadores que não puderem estar presentes fisicamente, poderão participar das suas residências. Para esta Comissão poder cumprir o seu papel com a sociedade brasileira, é preciso ter reuniões aqui, de 15 em 15 dias, durante essa pandemia.

Não sei se o Marcos gostaria de falar alguma...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Presidente, quero desejar boa sorte nessa missão. É um dos seus projetos, como Senador da República, presidir a Casa. Eu me sinto feliz de estar ao seu lado, cumprindo essa sua missão. Nós estaremos juntos, colocando a sociedade para caminhar junto conosco nessas audiências. É muito importante a sociedade entender que nós somos aliados da sociedade, estamos aqui para defender os interesses dela. Conte comigo, vamos em frente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Senador Marcos do Val. É uma honra tê-lo aqui como companheiro na condução desta Comissão.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Reguffe, gostaria de pedir a palavra a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Pela ordem.) – Muito obrigado pela palavra. Quero aproveitar esta oportunidade para cumprimentá-lo, parabenizá-lo por essa ascensão a uma Comissão tão importante, como V. Exa. acabou de descrever. Quero estender meus cumprimentos ao Senador Marcos do Val, que faz uma dupla com V. Exa. que é da maior expressão que nós temos no Senado Federal: dois jovens Senadores, capazes, com espírito vibrante e com o desejo de apresentar um excelente trabalho aqui no Senado Federal.

Eu já fiz parte desta Comissão outrora e sei da importância que ela tem para os aspectos de transparência, fiscalização e controle e defesa do consumidor. Uma Comissão bastante ampla e, com o seu dinamismo, Presidente, tenho certeza de que a Comissão vai atingir os objetivos que têm a sua pertinência, e evidentemente que eu, como titular, vou estar aqui trazendo o meu apoio e a minha voz, no sentido de que a gente possa trabalhar juntos e atingir os resultados necessários.

Parabéns a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Senador Dário Berger.

O Senador Wellington Fagundes gostaria de falar também?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sim, Sr. Presidente, dada a importância que eu entendo ter esta Comissão. É um trabalho, como V. Exa. já colocou, de estar fiscalizando o que o Governo tem feito, principalmente do Orçamento, e a gente percebe muito, às vezes, a concentração desse orçamento em uma unidade da Federação ou um Município, por influência desse ministro ou de outro. E nós, claro, estamos vivendo num ano de pandemia. Então, é mais importante do que nunca essa fiscalização, para que a gente possa buscar salvar vidas.

Então, hoje nós já tivemos aí o anúncio do nosso Relator do Orçamento, ele falando da questão do Fundeb, a possibilidade já... Está aqui o Presidente Dário, que lutou tanto para votarmos o Fundeb, e eu entendo que os recursos para educação e saúde são fundamentais a vida inteira, mas, num momento desses, nós temos que ter muito mais cuidado ainda, e votar o Fundeb foi uma luta muito grande. Votamos aqui, a Câmara fez o seu trabalho, depois o Senado também, a relatoria do Senador Flávio, do Senador Dário, trabalhando... Então, nós não podemos deixar essa expectativa tão grande da população brasileira cair por terra nesse momento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador Marcos do Val, também a Comissão tem essa importância do direito do consumidor, que às vezes é tão... O consumidor não sabe nem buscar o seu direito. Então, esta Comissão tem também uma importância extremamente grande, e eu quero parabenizá-los e desejar, como Líder do Bloco Vanguarda, também que V. Exas. desenvolvam esse trabalho, com o apoio de todos nós, e nós aqui estaremos exatamente para fazer com que o Governo tenha a melhor eficiência na aplicação do recurso.

Hoje de manhã eu falava aqui, numa outra Comissão, na Comissão de Educação. Eu fiquei estarecido quando fui lá ao FNDE e soube que há 3 mil creches inacabadas no Brasil. Talvez seja até uma grande tarefa que a gente tenha que fazer na Comissão de Educação.

Mas meus parabéns e que Deus também os ilumine nessa jornada.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito Obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Está no sistema remoto e gostaria de falar o Líder do Podemos, o Senador Alvaro Dias, a quem eu agradeço também a indicação para esta Comissão.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias. **O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Presidente Reguffe; muito obrigado, Vice-Presidente Marcos do Val. Os nossos cumprimentos ao Senador Dário Berger, ao Senador Wellington. Agradecimento a todos os integrantes desta Comissão, que, por unanimidade, proclamam a indicação do Senador Reguffe e do Marcos do Val, que são figuras relevantes da nossa instituição. Nós sabemos que há sempre uma expectativa é enorme da sociedade em relação à renovação política. E a renovação política só se justifica com qualidade.

As figuras de Reguffe e de Marcos do Val significam a renovação política desejada pela sociedade, com qualidade, com probidade, com coragem, e certamente esta Comissão ganha valorização com a presença dos dois na sua direção, já que, como disseram os Senadores Dário Berger e Wellington Fagundes, é uma Comissão muito importante, em um momento crucial para o futuro do País, com questões relevantes promovendo polêmica, como agora a intervenção na Petrobras, o noticiário especulativo sobre razões da demissão do Presidente de Petrobras, o modelo de cobrança do preço do petróleo, do combustível, atizando as refinarias. O que se exige é transparência, e fiscalização e controle, portanto, são fundamentais. As obras paralisadas no País.... Por que tantas obras paralisadas?

Enfim, esta é uma Comissão fundamental, exatamente para reservar o direito do contribuinte, que tem que ter as informações sobre a aplicação correta dos recursos públicos, os recursos destinados à União via impostos, que todos nós consideramos uma carga tributária exuberante: o Governo arrecada muito, mas aplica mal. Nós não estamos nos referindo a este Governo, mas aos governos de modo geral, essa é uma cobrança da sociedade. E esta, portanto, é uma Comissão que neste momento é fundamental para que a sociedade tenha todas as informações sobre a aplicação dos recursos públicos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero apenas desejar ao Reguffe e ao Marcos do Val êxito, sucesso e certamente esta instituição será valorizada com a presença de ambos na condução dos trabalhos desta Comissão.

Muito obrigado a ambos, especialmente ao Marcos do Val, que teve uma atitude de grandeza, que poderia ser também o Presidente da Comissão e abriu mão para o colega Reguffe. Eu creio que nós estamos bem servidos com os dois companheiros à frente desta Comissão.

O Brasil agradece! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Antes de encerrar, queria também agradecer ao Senador Marcos do Val, que teve um gesto de desprendimento. Tenho certeza de que juntos faremos um grande trabalho para a sociedade brasileira aqui nesta Comissão. Esta é a razão da existência do Parlamento: servir a sociedade brasileira. Aqui nós poderemos fazer um trabalho duro, mas eficaz, na área de fiscalização e controle. E também um trabalho de defesa do consumidor brasileiro, que é também uma das áreas desta Comissão

Nada mais havendo a tratar, muito obrigado.

(Iniciada às 15 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 41 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e um, no Reunião Remota, sob as Presidências dos Senadores Reguffe e Marcos do Val, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Ciro Nogueira, Mara Gabrilli, Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues, Dário Berger, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Irajá, Paulo Rocha, Telmário Mota e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CTFC ao PLOA 2021. Finalidade:** Discussão e votação das emendas da CTFC ao PLOA/2021 (PLN 28/2020), que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro 2021". Relatoria: Senador Reguffe. **Resultado:** Aprovada a apresentação de quatro emendas à despesa de apropriação à CMO conforme o relatório: **1)** Tipo: Acréscimo-Apropriação. UO: 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta. Ação: 2334 - Proteção e Defesa do Consumidor. Subtítulo: 0001 – Nacional. Localidade: 9000000 – Nacional. Acréscimo: 20.000.000,00. **2)** Tipo: Acréscimo-Apropriação. UO: 25103 - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. Ação: 2237 - Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira. Subtítulo: 0001 – Nacional. Localidade: 9000000 – Nacional. Acréscimo: 20.000.000,00. **3)** Tipo: Acréscimo-Apropriação. UO: 37101 - Controladoria-Geral da União - Administração Direta. Ação: 2D58 - Auditoria Interna, Prevenção e Combate à Corrupção, Ouvidoria e Correição. Subtítulo: 0001 – Nacional. Localidade: 9000000 – Nacional. Acréscimo: 20.000.000,00. **4)** Tipo: Acréscimo-Apropriação. UO: 25201 - Banco Central do Brasil. Ação: 20ZA - Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária. Subtítulo: 0001 – Nacional. Localidade: 9000000 – Nacional. Acréscimo: 20.000.000,00. Por fim, a Presidência submete a aprovação da presente ata, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinco minutos.

Senador Reguffe

Presidente da Comissão de Transparência, Governança,

Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Marcelo Castro e Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Ciro Nogueira, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Eduardo Girão, Flávio Arns, Eliziane Gama, Cid Gomes, Acir Gurgacz, Angelo Coronel, Carlos Fávaro, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho e Jorginho Mello. Não membros presentes: Dário Berger, Paulo Rocha e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Nilda Gondim, Alessandro Vieira e Jaques Wagner. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Instalação e Eleição. Finalidade:** Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para o biênio 2021/2022. Todos os presentes de acordo, é procedida a eleição por aclamação, tendo em vista a chapa única. **Resultado:** Instalada a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para o biênio 2021/2022, eleitos e empossados, por aclamação, para o cargo de Presidente, o Senador Fernando Collor, e para Vice-Presidente o Senador Flávio Bolsonaro. Fizeram o uso da palavra: os Senadores Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Carlos Fávaro e Eliziane Gama. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro

Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/02/24>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos e à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2021-2022, nos termos do disposto no art. 88, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Foi registrada uma única chapa, tendo o Senador Fernando Collor, de Alagoas, para Presidente, e o Senador Flávio Bolsonaro, do Rio de Janeiro, para Vice-Presidente.

Eu estou presidindo esta reunião porque, por incrível que pareça, eu sou o mais velho, o mais idoso desta Comissão, Presidente Collor. Para V. Exa. ver como a vida é rápida e fugaz, é um sopro. Já foram atrás de mim para presidir, V. Exa. é o mais idoso da Comissão. Tudo bem, estamos aqui cumprindo o nosso papel.

Então consulto os Srs. Senadores, já que não há outra chapa em disputa, se a gente poderia proceder à votação por aclamação, tanto os que estão aqui presencialmente quanto os que estão remotamente.

Não havendo objeção, então vou submeter esta chapa a votação.

As Sras. e Srs. Senadores que estejam de acordo com a eleição para Presidente da CDR do Senador Fernando Collor e para Vice-Presidente do Senador Flávio Bolsonaro permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Como todos concordaram, declaro eleita a chapa Fernando Collor e Flávio Bolsonaro; uma dobradinha boa aí.

Sendo assim, convido o Presidente eleito para ocupar aqui o seu lugar na Presidência da Comissão. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Agradecendo, mais uma vez, a S. Exa. o Senador Marcelo Castro pela condução dos trabalhos na manhã de hoje, eu gostaria de convidar, para fazer parte da Mesa, o Sr. Senador Flávio Bolsonaro, eleito Vice-Presidente desta Comissão. *(Pausa.)*

Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores, antes de mais nada, gostaria de agradecer aos integrantes da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo por terem confiado a mim a missão de conduzir nossos trabalhos pelos próximos dois anos, na companhia de S. Exa. o Senador Flávio Bolsonaro. Assim como as demais Comissões do Senado da República, esta também enfrenta o desafio de retomar o debate aprofundado dos temas de sua competência, ainda sob o véu da pandemia da Covid-19, que já nos levou 250 mil brasileiros. E, neste momento, eu gostaria de apresentar às famílias enlutadas minhas condolências e solidariedade. Sem dúvida, é uma tarefa árdua, mas também gratificante e, sobretudo, necessária.

O ano de 2020 foi dedicado, como não poderia deixar de ser, à criação das condições políticas e legislativas capazes a permitir o Brasil responder, de forma emergencial, à crise provocada pelo coronavírus em todas as suas dimensões, especialmente a social, a econômica e a de saúde. O Congresso deu contribuição decisiva para que o Governo Federal tivesse segurança, segurança jurídica para adotar medidas fundamentais para preservar vidas e proteger a economia em nosso País.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2021, o enfrentamento do vírus e de suas consequências continuará a merecer nossa mais detida atenção, mas precisamos também retomar o debate a respeito de questões estratégicas que, neste ano e não somente neste ano, permanecem sem a solução adequada. As desigualdades regionais são um exemplo claro e se manifestam nos mais diversos setores, da infraestrutura econômica ao saneamento básico, passando pelo acesso à saúde, à educação de qualidade, entre inúmeros outros temas. A redução das desigualdades regionais e a promoção do desenvolvimento humano precisam estar na pauta das reformas estruturais, que são, como nós sabemos, tão necessárias para que o País possa avançar.

O novo pacto federativo e a reforma tributária, por exemplo, são excelentes oportunidades para a criação de instrumentos que permitam a todos os brasileiros desfrutarem de padrão semelhante de prosperidade e qualidade de vida. Precisamos debater com especialistas, representantes dos governos e com a sociedade o modelo de desenvolvimento do País no século XXI, um modelo centrado nas pessoas, com o objetivo de aprimorar a qualidade de vida dos brasileiros, especialmente dos mais carentes, além de melhorar o índice de desenvolvimento humano.

Qual o projeto nacional que democraticamente devemos construir e quais os objetivos nacionais que devemos buscar? Como nação, quais devem ser nossas prioridades de investimento? Para além de planejamentos regionais, como podemos explorar as sinergias e complementariedades entre as diversas regiões do País? De que modo podemos impulsionar a cooperação internacional a fim de alavancar o nosso desenvolvimento sustentável?

É urgente debatermos em profundidade novos modelos de desenvolvimento para a Amazônia e para o Semiárido, modelos que aproveitem ao máximo as potencialidades dessas regiões e sejam voltados para a promoção do crescimento econômico, com justiça social e responsabilidade ambiental.

É fundamental incorporar a indústria do turismo de maneira orgânica e articulada na estratégia nacional de desenvolvimento. A quantidade de turistas que vêm ao Brasil está muito aquém do potencial de atração que têm nossas belezas naturais e nosso patrimônio cultural. Para impulsionar o setor, teremos de reunir os atores, entender suas demandas e sanar os gargalos legislativos e burocráticos que existem.

Penso que é dever do Parlamento encorajar discussões sobre esses e outros temas. E, para dar consequência a esses objetivos, proponho a realização de um ciclo de debates que trate do desenvolvimento regional de maneira transversal e abranja todos os seus aspectos.

Convido todos os integrantes desta Comissão a sugerirem temas para serem tratados em um conjunto de audiências públicas que promoveremos a cada 15 dias, de maneira remota, preferencialmente às segundas-feiras, no final da tarde.

Há muito por fazer, precisamos passar do diagnóstico à ação. Tenho convicção de que esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo é fórum privilegiado para a construção das soluções de que o País necessita. Reduzir a vulnerabilidade dos mais carentes e aumentar o bem-estar das pessoas são dimensões incontornáveis do desenvolvimento regional. Não podemos nos esquecer disso.

Conto com V. Exas. para contribuirmos com o esforço nacional de promover o desenvolvimento humano e combater as desigualdades regionais para ajudar a tirar o País definitivamente do atraso e do momento difícil em que se encontra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a V. Exas., Sras. e Srs. Senadores.

Agradeço particularmente ao Senador Izalci e ao Senador Fávoro, que estão aqui presentes, prestigiando essa nossa posse, minha e do Senador Flávio Bolsonaro, como Presidente e Vice-Presidente desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Muito bom dia e muito obrigado a V. Exas.

Meus agradecimentos especiais ao... Antes de encerrar, vou passar a palavra ao Senador Izalci, agradecendo também a S. Exa. o Senador Marcelo Castro, que agora deixa a Mesa Diretora dos trabalhos. Muito obrigado a V. Exa., Senador Marcelo Castro.

Pela ordem, S. Exa. o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente Collor, Vice-Presidente Flávio Bolsonaro, eu só quero aproveitar a oportunidade, primeiro, para agradecer todo o apoio que recebi durante esses dois anos presidindo esta Comissão tão importante para o País. Quero agradecer a toda a equipe técnica aqui, que nos ajudou muito. Enfrentamos diversos temas, dos quais, aqui, acredito que V. Exa. dará continuidade ao debate, como a questão dos fundos – eu estou vendo aqui a plataforma de V. Exa. De fato, tudo que está aqui são assuntos que merecem realmente uma atenção muito especial.

Nós, evidentemente, tivemos também esta preocupação de debater com o Ministro de Desenvolvimento Regional, que tem lá uma bela estrutura e que precisa realmente do nosso apoio.

Na área de turismo, nós também estamos com o marco regulatório praticamente pronto para ser votado, que é muito importante para o Brasil. Talvez o segmento mais atingido com essa pandemia tenha sido a área de turismo. Realmente, está tudo pronto para a gente colocar em votação no Congresso o marco regulatório, que vai ser muito importante para alavancar o turismo no Brasil. É evidente que a gente tem todas as condições de ter muito mais turistas se se investir muito nessa área aqui.

Mas eu quero também agradecer, porque uma das preocupações que sempre tive foi com as políticas públicas de Estado. No Brasil é muito comum políticas públicas de governo, e muitas vezes o governo que entra acaba não dando continuidade aos bons projetos. E nós colocamos como projeto estruturante desta Comissão, nesses últimos dois anos, o Centro de Desenvolvimento Regional, que é um desafio muito forte no Brasil. E a gente vem lutando na ciência e tecnologia há anos para exatamente aproximar o setor acadêmico, universitário, os pesquisadores das empresas e do Governo. O País só vai se desenvolver aproveitando todo o conhecimento científico e tecnológico.

Nesse caso específico do CDR, nós lançamos aqui alguns projetos-pilotos. Começamos por Campina Grande, que está trabalhando um belo projeto nessa área; Itapeva, em São Paulo; Campanha, no Rio Grande do Sul; depois, Distrito Federal; agora, o Pará – o Zequinha Marinho trouxe também essa possibilidade e lançamos no Pará –; lançamos agora, com a Senadora Kátia, também no sul de Tocantins. Foram projetos-pilotos que estão sendo trabalhados exatamente nessa linha de fixar os jovens, inclusive, no Município. Hoje nós temos grande parte dos jovens fazendo faculdade: quando terminam a faculdade vão para as capitais – a maioria ficando desempregada –, e com um potencial imenso nos Municípios.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa aproximação, colocando as universidades e os institutos de pesquisa, tomando conta de um território para dar todo respaldo e apoio científico e tecnológico, é fundamental para alavancar, realmente, o desenvolvimento por região. Então, nas próximas reuniões, eu gostaria de colocar na pauta a votação desse projeto estruturante, e prestar contas, inclusive. Nós já temos todo o material.

Mas gostaria de pedir a V. Exa. que desse continuidade, porque, de fato, eu acredito que é um projeto muito importante para o País esses Centros de Desenvolvimento Regional. Não é um projeto nosso: já começou na Câmara; depois o próprio Ministério da Educação lançou esse projeto; e depois houve a adesão da Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento Regional e de outros ministérios, inclusive do Desenvolvimento Regional lá com o Rogério Marinho.

Então, quero desejar a V. Exa. e ao Vice Flávio muito sucesso! Podem contar comigo. Eu sou titular e vou continuar titular desta Comissão, porque acho que ela é muito importante não só para o desenvolvimento regional, mas também para alavancar o turismo, que tem um potencial muito grande no Brasil.

Parabéns, sucesso e contem comigo!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Muito obrigado a V. Exa., Senador Izalci Lucas, e os nossos cumprimentos pelo excepcional trabalho que V. Exa. desenvolveu quando presidiu esta Comissão. Um sucinto relato do que pôde ser alcançado sob a sua gestão aqui já foi dito por V. Exa. com muita presteza.

Nós estamos apenas aguardando o resultado final dos trabalhos da gráfica para que nos sejam aqui encaminhados para que nós possamos, então, colocar em votação, em debate, em discussão, mas será uma reunião sobretudo de apreciação do trabalho que V. Exa. vem desenvolvendo e agora continuando a desenvolver como membro integrante titular desta Comissão.

Muito obrigado a V. Exa.

Passo a palavra a S. Exa. o Vice-Presidente da Comissão, Senador Flávio Bolsonaro, e, em seguida, a S. Exa. Senadora Eliziane Gama.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ. Pela ordem.) – Bom dia a todos.

Quero agradecer a votação por aclamação de todos os Senadores e Senadoras; e parabenizar o Presidente Fernando Collor pela eleição.

É uma Comissão realmente muito importante. A parte de desenvolvimento regional, além de gerar toda a dignidade que os nossos brasileiros merecem, é o que eu enxergo, na pós-pandemia, como um dos principais canais de geração de emprego, na parte habitacional, na parte do saneamento básico, já com a entrada em vigor do novo marco legal do saneamento, que vai gerar investimentos bilionários em nosso País, gerando muitos empregos e levando aquilo que é direito de toda população.

Então, é com muito entusiasmo que eu quero fazer parte desta Comissão, sob o comando de alguém que já foi Presidente do Brasil, então conhece os problemas de cada região do nosso País como poucos, com experiência em como fazer.

E, sem dúvida alguma, a parte que também me encanta muito aqui nesta Comissão é a parte do turismo. Antes da pandemia, junto ainda com Presidente da Embratur, que hoje é atual



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro do Turismo, nós já tínhamos uma estratégia para alavancar a quantidade de turistas que o Brasil recebe. É inadmissível que nós recebamos apenas 6,6 milhões de turistas por ano. Isso é menos do que o elevador da Torre Eiffel recebe por ano – só o elevador, Senador Fávoro, não é quem chega embaixo da Torre Eiffel para tirar foto, não; quem entra no elevador e sobe. É inadmissível isso no Brasil, com as belezas naturais que nós temos, com toda a infraestrutura que nós temos, com um povo tão hospitaleiro como o nosso. Então, hoje temos um Ministro do Turismo de Alagoas, um Presidente da Comissão de Turismo também de Alagoas; portanto temos tudo, obviamente, para o nosso Nordeste alavancar ainda mais. E é o sentimento e a vontade do Presidente Bolsonaro, prova disso é o nosso Ministro do Desenvolvimento Regional ser também do Nordeste, o Rogério Marinho. Então, acho que há uma grande harmonia aqui de todos para que possamos transformar, como o Presidente Collor falou, tirar do papel e levar para prática isso tudo. E eu não tenho dúvida de que tanto essa parte de desenvolvimento regional, como do turismo principalmente vão ser fundamentais para a gente retomar a geração de empregos em massa no nosso País.

Por fim, Presidente, quero agradecer à Senadora Eliziane Gama, que abriu mão da sua candidatura à Vice-Presidência desta Comissão. Nós conversamos ali, e ela, obviamente, tem um interesse muito grande em estar presente aqui nessas tomadas de decisões, em especial do Maranhão, um local em que tanto a questão do saneamento como a questão do turismo são pulsantes, são muito fortes. Já me coloco aqui à disposição da Senadora também para trabalharmos juntos, para que essas regiões todas possam ser desenvolvidas, em especial a Nordeste.

Já me convidei para conhecer os Lençóis Maranhenses, que eu não conheço ainda, e ela se comprometeu que iria me convidar. Então, é este espírito que eu quero trazer para esta Comissão, de colaboração, de fazer as coisas acontecerem.

Obrigado a todos e um bom-dia!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Muito obrigado a V. Exa., Senador Flávio Bolsonaro.

Passo a palavra a S. Exa. Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Agora sim. Não sei como está o som.

Estou aqui no Maranhão. Não fui esta semana para São Luís. Inclusive estou aqui em frente a um hospital, acompanhando a minha mãe e o meu pai, que estão em processo de tratamento em relação à Covid 19. Eles têm 76 e 78 anos de idade, mas, graças a Deus, não estão internados, estão bem, estão em equilíbrio.

Mas eu fiz questão de entrar na sessão para cumprimentar o Presidente Collor, cumprimentar o Senador Flávio Bolsonaro e a todos os colegas.

Como foi colocado, eu havia, na verdade, apresentado o meu nome para também concorrer à Vice-Presidência. Conversei tanto com o Flávio quanto com o Collor, e o objetivo é unidade. Acho que a gente sem unidade não chega a lugar algum. Esta Comissão é muito importante para o desenvolvimento do Brasil, sobretudo para as regiões mais vulneráveis, portanto, a Região Nordeste, que, aliás, tem um potencial turístico extraordinário, fundamental para o crescimento e enriquecimento do Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria apenas desejar realmente muito sucesso e reafirmar o meu compromisso com essa pauta. Eu acho que, se a gente juntar forças, vamos chegar a esse objetivo que o Flávio colocou muito bem, que é a melhoria da renda da população brasileira, através da exploração sustentável do turismo no Brasil. Eu acho que esse é o pensamento que nós precisamos de ter para que o nosso País possa ter o pós-pandemia com muito equilíbrio e que possamos, se Deus quiser, retomar a nossa economia, gerando emprego e renda para a população brasileira.

Portanto, o convite reafirmado, Flávio, a você e também ao Presidente Collor para visitar aqui as belezas do Maranhão, os nossos Lençóis Maranhenses, que, aliás, são uma riqueza extraordinária.

Que Deus abençoe a todos vocês e muito obrigada, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Muito obrigado a V. Exa., Senadora Eliziane Gama, pelas suas palavras e, sobretudo, pelo seu gesto de conciliação para que nós pudéssemos hoje ter uma eleição tranquila do Presidente e do Vice-Presidente desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Muito obrigado a V. Exa.

Passo a palavra a S. Exa. o Senador Carlos Fávaro.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Fernando Collor, parabéns pela assunção ao cargo. Sua experiência e competência, aliadas à força política e ao conhecimento do nosso Vice-Presidente, Flávio Bolsonaro, tenho certeza, serão fundamentais para a condução desta Comissão tão relevante – já sendo redundante com as palavras proferidas antes – para o Brasil pós-pandemia.

Eu venho de um Estado que tem crescimento vertiginoso. O Mato Grosso é um Estado próspero, um rico Estado deste nosso País, mas vive entre bolhas de prosperidade e bolsões de miséria e falta de desenvolvimento. Se no Mato Grosso isso acontece, imagine o senhor, com toda experiência – e o Flávio também –, o desafio que é minimizar os impactos do desenvolvimento regional neste País.

Lendo aqui rapidamente os temas sugeridos, são 30 temas sugeridos pelo senhor na condução deste trabalho. Eu não consegui elencar o que seriam as prioridades. Vejam a relevância dos trabalhos e o desafio que temos a enfrentar nesses próximos dois anos.

Por isso, eu me coloco à disposição, de pé e à ordem, para que nós possamos melhorar e levar oportunidades ao povo brasileiro através do desenvolvimento regional.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Grato a V. Exa., Senador Carlos Fávaro, pelas suas palavras. A sua experiência em muito contribuirá com os trabalhos desta Comissão. Muito grato a V. Exa.

Antes de encerrar esta nossa reunião, eu gostaria de fazer dois comunicados, além da leitura dos pontos principais que aponte e que naturalmente vão ser enriquecidos pela contribuição de todas as Senadoras e dos Srs. Senadores a esses pontos aqui elencados como sendo os objetivos principais para a consecução no nosso período aqui como Presidente e Vice-Presidente desta Comissão.

O primeiro comunicado é o seguinte, Sras. e Srs. Senadores. A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo comunica a abertura de prazos para a apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2021, Projeto de Lei nº 28, de 2020, do Congresso Nacional: a) abertura no dia 24 de fevereiro de 2021, quarta-feira – o prazo é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente muito exíguo; b) encerramento no dia 25 de fevereiro de 2021, quinta-feira, às 18h. Esclarecemos que as emendas deverão ser elaboradas e enviadas pelo sistema de emendas no endereço eletrônico legis.senado.leg.br/lexor, pelo perfil do Senador, à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com uma cópia para o *e-mail* da Comissão, cdr@senado.leg.br, a partir do *e-mail* do Senador membro. O cumprimento do prazo acima referido viabilizará o Relator designado a preparar o seu relatório, visando à deliberação das emendas da Comissão em reunião a realizar-se em 26 de fevereiro de 2021, às 10h, na próxima sexta-feira. O Relator da Ploa aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional, em função deste prazo extremamente exíguo e em função da minha presença aqui: foi-me designado Relator.

O segundo comunicado. A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo convida os membros a apresentarem sugestões de temas para a política pública a ser avaliada em 2021, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal. Encerramento do prazo: dia 26 de março de 2021. Esse tema de política pública foi o tema abordado por S. Exa. o Senador Izalci Lucas agora há pouco, quando ele escolheu um tema específico e realizou um excelente trabalho, que foi um pouco prejudicado em função da pandemia e das sessões remotas de que o Senado participou, mas que agora está sendo finalizado. Foi isso que ele anunciou aqui nesta nossa reunião de inauguração, da eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Comissão, para que seja apresentado ao Plenário desta mesma Comissão.

Gostaria de elencar para V. Exas., Sras. e Srs. Senadores, aquilo que já estará disponível nos seus gabinetes, que será sugestão de ciclo de debates para 2021-2022.

Os temas propostos: política nacional de desenvolvimento regional, convite a S. Exa. o Sr. Ministro Rogério Marinho: o papel do turismo na promoção de desenvolvimento; convite a S. Exa. o Sr. Ministro Gilson Machado – para nós iniciarmos os nossos trabalhos e conhecermos dos senhores ministros quais são os projetos e os planos que o Governo Federal tem para o desenvolvimento regional e o turismo –; meio ambiente e o desenvolvimento regional; cooperação internacional para o desenvolvimento regional; planos de desenvolvimento regional; fundos constitucionais de financiamento (FCO, FNE e FNO); o SUS como um instrumento de redução das desigualdades sociais e regionais; pandemia de Covid-19 e desigualdades regionais; Agenda 2030: objetivos do desenvolvimento sustentável e redução das desigualdades regionais; desenvolvimento humano e melhoria do IDH; o papel da internet 5G na promoção de desenvolvimento regional; reforma tributária como instrumento de redução das desigualdades regionais; pacto federativo e redução das desigualdades regionais; modelo de desenvolvimento para o Brasil; modelo de desenvolvimento para a Amazônia; modelo de desenvolvimento para o Nordeste; arranjo institucional de promoção do desenvolvimento regional (Sudene, Sudam, BNB, Basa, Consórcio do Nordeste); cidades inteligentes; direito à cidade e desenvolvimento regional; o papel das cidades no cumprimento do Acordo de Paris; políticas de assistência social; política habitacional; saneamento básico; concessão de serviços públicos e universalização; educação como estratégia do desenvolvimento; Política Nacional de Irrigação; fixação do homem no campo e desenvolvimento regional; infraestrutura de transportes e logística nas Regiões Norte e Nordeste; Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro; a indústria da pesca e sua importância na geração de emprego e renda; faixa de fronteira soberana; intercâmbio e desenvolvimento; lições de Mariana e Brumadinho; a Política Nacional de Segurança de Barragens; e, finalizando, aviação regional.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de fazer uma rápida explicação do porquê de tantos temas aqui contidos como objeto das audiências públicas que iremos realizar às segundas-feiras. Nós temos 70 segundas-feiras até o final do nosso período, Senador Flávio Bolsonaro. Então, teremos tempo suficiente para abordarmos todos esses temas. Mas por que tão diversos? As pessoas que nos ouvem, nos escutam, nos assistem podem perguntar: desenvolvimento regional se metendo na questão de 5G? Se metendo na questão ambiental? Se metendo na questão disso ou daquilo? É porque esta Comissão, diferentemente das outras, que são Comissões temáticas... Elas todas se dirigem e se objetivam, os seus trabalhos, a questões específicas da denominação da Comissão. Então, a Comissão de Constituição e Justiça trata somente das questões relacionadas à Constituição e à juridicidade dos atos praticados pelo Executivo, quando encaminhados para a referida Comissão. A Comissão de Assuntos Econômicos trata somente de economia. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional trata somente de assuntos relacionados à defesa nacional e a relações exteriores. Assim se dá na Comissão de Assuntos Sociais e nas outras também.

Já a Comissão de Desenvolvimento Regional é uma Comissão transversal, ou seja, é um assunto que "transversaliza" toda a Administração Pública e toda a manifestação dos interesses do País. Por isso nós temos que, para resolver a questão das desigualdades, abordar temas que estão afeitos ao desenvolvimento como um todo. Assim, nós trouxemos essas sugestões de audiências públicas à avaliação de S. Exas. as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores integrantes desta Comissão.

Esta não é uma agenda fechada. Está aberta a agenda de audiências públicas. E, como foi solicitado aqui no início, mais uma vez eu reitero essa solicitação para que V. Exas. contribuam sugerindo temas, notas, para que nós possamos adensar esse nosso cronograma de audiências públicas e possamos, assim, cobrir todos os aspectos que tratam do desenvolvimento regional, das desigualdades regionais, com foco muito forte no desenvolvimento humano, nas pessoas, que são aquelas para as quais nós estaremos trabalhando. Na medida em que reduzirmos as desigualdades regionais e trabalharmos pelo desenvolvimento regional, nós estaremos trabalhando para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, tendo esse sentido humano que nós queremos dar e com que queremos revestir toda a nossa agenda no período em que nos caberá conduzir, junto com S. Exa. o Senador Flávio Bolsonaro, os trabalhos desta Comissão.

Dito isso, agradecendo mais uma vez a presença de todos, agradecemos o apoio que nos foi conferido por todas as Sras. e Srs. Senadores que nos elegeram por aclamação, a mim e ao Vice-Presidente Flávio. Expresso os nossos agradecimentos.

V. Exas. podem aguardar, que nós já estaremos encaminhando ao gabinete de V. Exas. a sugestão das reuniões, como serão realizadas as nossas reuniões. Falei, há pouco, antes de iniciar esta nossa reunião, com S. Exa. o Sr. Presidente Rodrigo Pacheco para saber como seria o funcionamento dessas Comissões, e ele disse que, na semana que vem, já elaborará e divulgará como os trabalhos serão desenvolvidos, em função da questão das salas que têm disponibilidade de fazer sessão remota ou não. Eu sugeri a ele que nós poderíamos fazer, nos dias em que normalmente temos aqui o quórum necessário – terças, quartas e quintas –, três reuniões, sessões de Comissões temáticas. Então, começaria às 8h. De 8h às 10h, haveria uma Comissão; de 10h às 12h, outra Comissão; de 12h às 14h, outra Comissão. Isso exigiria um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poder de síntese de cada uma dessas Comissões e, pessoalmente, de cada um de nós Senadoras e Senadores.

Também sugeri a ele que liberasse as segundas e sextas-feiras para que fossem feitas audiências públicas, e aí nós estaríamos inseridos, como já disse aqui, nesse horário de 18h, às segundas-feiras, a cada 15 dias, para nós darmos vencimento a essas audiências públicas.

Nós levaremos à aprovação isso que aqui foi dito e o que me chegará às mãos por sugestão de V. Exas. na nossa próxima reunião, que será oportunamente marcada e naturalmente comunicada a V. Exas.

Portanto, muito obrigado mais uma vez.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e três minutos do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Nilda Gondim, Flávio Bolsonaro, Eduardo Gomes, Izalci Lucas, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Roberto Rocha, Flávio Arns, Nelsinho Trad e Chico Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Ciro Nogueira, Styvenson Valentim, Angelo Coronel, Carlos Fávaro, Zequinha Marinho, Jaques Wagner, Alessandro Vieira e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. São incluídos itens extrapauta: **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 1, de 2021** que “convida o Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, para apresentar as ações do Ministério para os próximos dois anos”. **Resultado:** aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 2, de 2021** que “convida o Senhor Ministro de Estado do Turismo, para apresentar as ações do Ministério para os próximos dois anos”. **Resultado:** aprovado. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CDR ao PLOA 2021. Finalidade:** Discussão e deliberação das emendas da CDR ao PLOA/2021 (PLN 28/2020), que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro 2021”. COORDENADOR: Senador Fernando Collor. Passa-se a presidência ao Senador Marcelo Castro, às 10:10. **Resultado:** aprovado. Aprovada a indicação das seguintes Emendas de Apropriação, assim renumeradas: **Emenda nº 01** – AÇÃO 00AF - Integralização de Cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR – Nacional, valor R\$ 500.000.000; **Emenda nº 02** – AÇÃO 7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado – Nacional, valor R\$ 1.000.000.000; **Emenda nº 03** – AÇÃO 10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística – Nacional, VALOR R\$ 600.000.000; **Emenda nº 04** – AÇÃO 1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária, valor R\$ 500.000.000. Foi acolhida, também, a sugestão da seguinte Emenda de Remanejamento, renumerada: **Emenda nº 05** – AÇÃO 1N08 - Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento – Nacional, valor R\$ 150.000.000. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião da Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Há alguns comunicados.

Recebemos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) correspondência informando a posição do seu Conselho Deliberativo (Condel) sobre o Relatório de Resultados e Impactos do exercício de 2019 do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). É encaminhado, em conjunto, para efeitos de fiscalização e controle, o referido relatório de resultados.

Conforme prevê a Instrução Normativa nº 12, de 2019, após a divulgação documento, se estabelece o prazo de 15 dias, até o dia 12 de março de 2021, para manifestação dos membros da Comissão. Em caso de manifestação, o documento será encaminhado ao Plenário desta Comissão para sua autuação.

Esta Presidência apresentou e a Secretaria da Comissão encaminhou aos gabinetes das Sras. e Srs. Senadores sugestão de ciclo de debates para 2021/2022 para apreciação e contribuição por parte dos demais membros do Colegiado. A proposta é a de realizarmos, às segundas-feiras, às 18h, a cada 15 dias, tais debates, que serão extremamente importantes, com renomados especialistas nos temas elencados.

Por fim, convidamos os membros a apresentarem sugestões de temas para a política pública a ser avaliada em 2021, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à discussão e votação das emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo ao PL nº 28, de 2020, do Congresso Nacional, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021 e dá outras providências".

Antes de passarmos à deliberação, eu gostaria de trazer à apreciação de V. Exas. dois requerimentos que já foram aventados na nossa primeira reunião, quando da instalação dos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

novos Presidente e Vice-Presidente desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, quais sejam os convites a S. Exas. os Srs. Ministros do Desenvolvimento Regional e do Turismo, para que aqui compareçam e possam fazer uma explanação para todos os integrantes desta Comissão sobre os seus projetos em andamento, sobre os seus planos dentro dos próximos dois anos, para que possamos tomar conhecimento, avaliar e, em função disso, tomar decisões e deliberações.

O primeiro é o Requerimento nº 1, de 2021:

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Exmo. Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional para apresentar, em audiência pública, nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as ações do Ministério para os próximos dois anos.
Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2019.

Diz o Requerimento nº 2, de 2021:

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado S. Exa. o Ministro de Estado do Turismo para apresentar, em audiência pública, nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as ações do Ministério para os próximos dois anos.

Coloco em votação esses dois requerimentos.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam e os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Agora, sim, passando ao nosso expediente, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à discussão e votação das emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo ao PL nº 28, de 2020, deste Congresso Nacional, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021 e dá outras providências".

Deliberação de emendas ao Ploa 2021.

A Comissão recebeu 62 emendas.

Esta Presidência avocou a relatoria das emendas a serem encaminhadas à Comissão Mista de Orçamento.

Eu gostaria de convidar S. Exa. o Senador Marcelo Castro a assumir a Presidência desta reunião, porque, como sou o Relator das emendas, não ficaria de acordo que eu, como Relator, estivesse presidindo esta sessão.

Passo, então, a S. Exa. a Presidência dos trabalhos até a leitura do meu relatório. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Dando continuidade à nossa reunião, passo a palavra ao nobre Presidente e Relator, o Senador Fernando Collor de Mello.

Com a palavra V. Exa. para relatar sobre o acatamento das emendas da Comissão ao Ploa 2021.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. Como Relator.) – Muito obrigado a V. Exa., Senador Presidente Marcelo Castro.

Passo à leitura do parecer da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre sugestões de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2021, Projeto de Lei nº 28, de 2020, do Congresso Nacional, que "estima a receita e fixa a despesa da União para os exercícios financeiros de 2021". Autor: diversos autores. Relator: Senador Fernando Collor.

Relatório.

Com fundamento nas disposições contidas na Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias, especialmente em seus arts. 43 a 45, esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo reúne-se para deliberar a respeito das propostas que resultarão em até quatro emendas de apropriação e quatro emendas de remanejamento a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2021 (Ploa 2021), Projeto de Lei nº 28, de 2020, do Congresso Nacional.

Tais propostas, relacionadas em quatro anexos a este parecer, contemplam programações orçamentárias variadas, conforme as competências regimentais da Comissão de Desenvolvimento Regional.

Análise.

Foram apresentadas a esta Comissão 4 propostas para emendas de remanejamento e 58 para emendas de apropriação.

As propostas foram analisadas a partir de fundamentos técnicos colhidos na legislação do Direito Financeiro, sobretudo na citada Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. Em especial, alguns fundamentos nortearam o trabalho de análise feito por esta relatoria. O primeiro foi o de que, se as emendas exibissem caráter institucional, no sentido de manter relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos, assim se procedesse. O outro fundamento foi o de que as propostas representassem interesse nacional. Podemos afirmar que as propostas de emendas exibiram grande mérito e apresentaram, no conjunto, aderência aos temas constantes da pauta de trabalho desta Comissão ao longo dos anos.

No caso das emendas de remanejamento, optamos por indicar apenas uma das propostas, uma vez que os expressivos cancelamentos indicados a serem obrigatoriamente observados poderiam comprometer de forma considerável as propriedades afetadas. A emenda de remanejamento, portanto, será oriunda daí. É a Proposta 62, do Senador Roberto Rocha, relativa à ação "Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento - Nacional", a chamada 1NO8, do Ministério do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$150 milhões, atendendo, ao menos em parte, a Proposta 26, do Senador Plínio Valério.

No caso das emendas de apropriação, na impossibilidade de aprovarmos todas as propostas, sugerimos as seguintes:

- Proposta 3, da Senadora Zenaide Maia, relativa à ação "Integralização de Cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) - Nacional", do Ministério do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$500 milhões, atendendo, ao menos em parte, as Propostas 23, do Senador Jaques Wagner, e 38, do Senador Irajá.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- A Proposta 11, do Senador Marcelo Castro, relativa à ação Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado, 7K68, nacional, do Ministério do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$1 milhão, atendendo, ao menos em parte, às Propostas 7, da Senadora Soraya Thronicke; 9, do Senador Marcelo Castro; 27, do Senador Eduardo Braga; 38, do Senador Eduardo Gomes; 41, do Senador Irajá; 48, do Senador Chico Rodrigues; 56, do Senador Nelsinho Trad; e 57, do Senador Nelsinho Trad.

- A Proposta 20, do Senador Flávio Bolsonaro, relativa à ação Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística, 101/0, nacional, com os ajustes necessários para fazê-la constar da programação não condicionada do Ministério do Turismo e para atingir o valor de R\$600 milhões, atendendo, ao menos em parte, as Propostas 6, do Senador Styvenson Valentim; 10, do Senador Marcelo Castro; 15, da Senadora Nilda Gondim; 16, da Senadora Nilda Gondim; 17, também da Senadora Nilda Gondim; 23, do Senador Eduardo Braga; 41, do Senador Eduardo Gomes; 42, do Senador Irajá; 50, do Senador Chico Rodrigues; e 53, da Senadora Eliziane Gama.

- A Proposta 25, do Senador Eduardo Braga, relativa à ação Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária Nacional do Ministério do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$500 milhões, atendendo, ao menos em parte, às Propostas 12, do Senador Marcelo Castro; 35, do Senador Eduardo Gomes; e 48, do Senador Chico Rodrigues.

Passo, agora, Sr. Presidente, ao voto.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela aprovação das Propostas nºs 3, 11, 20, 25, emendas de apropriação, e 62, emenda de remanejamento, as quais viabilizarão o atendimento, ao menos parcial, das propostas anteriormente mencionadas.

A elaboração das emendas por meio das propostas aprovadas deve observar os ajustes técnicos necessários ao atendimento das normas aplicáveis ao Ploa 2021. Ademais, as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada. Finalmente, sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sala de Comissão.

Assina o Relator, na minha pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Fernando Collor, eu gostaria de fazer uma observação. Nós temos, regimentalmente, o direito a quatro emendas de apropriação e quatro emendas de remanejamento. No relatório de V. Exa., nós fizemos o uso dessas quatro emendas de apropriação, mas só foi contemplada uma emenda de remanejamento, o que significa dizer que, regimentalmente, nós ainda teríamos o direito a mais três emendas de remanejamento.

Eu quero chamar a atenção de V. Exa. para o fato de que o orçamento deste ano vai ser um orçamento muito restrito, com poucos recursos, e os relatores setoriais vão receber um volume muito pequeno de recursos para atender as Comissões e as emendas de bancada, que não são poucas. Normalmente, dá-se preferência às emendas de bancadas, que têm uma pressão maior, às de Comissão.

Já as emendas de remanejamento não entrariam na cota do relator setorial. Então, suponhamos que o Relator do Ministério do Desenvolvimento Regional tivesse uma cota –



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

suponhamos – de R\$500 milhões para atender as emendas de bancada do Brasil inteiro e as emendas de Comissão; se nós colocássemos emenda de remanejamento, não entraria nessa cota que o relator setorial vai ter de R\$500 milhões – seria uma cota extra.

Então, eu acho que nós poderíamos... Peço a reflexão de V. Exa. sobre a possibilidade de a gente atender pelo menos em parte a Emenda 7K66, que eu apresentei e que é uma emenda genérica do antigo Ministério da Integração Nacional, uma emenda muito demandada pelos Municípios porque ela pode fazer de calçamento a sistema de abastecimento de água, a estradas, a eletrificação, obras muito importantes para o Município. Eu vejo essa parte mais útil de o relator setorial poder atender sem tirar da cota dele, porque seria só um remanejamento dentro do próprio órgão. Aí a gente discute com o relator setorial se o valor é excessivo, se pode ser menos, mas daria uma flexibilidade maior ao relator setorial para atender a Comissão. Fica a critério de V. Exa. poder incluir mais essa emenda de remanejamento ou não.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Sr. Presidente, Marcelo Castro, nos últimos anos a Comissão não tem aprovado emendas de remanejamento, pois é preciso indicar de onde o recurso será retirado e esse sempre é um assunto delicado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Certeza.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Particularmente, neste ano agora, em que nós não teremos direito a sequer qualquer tipo de revisão, haverá uma decisão sumária por parte da Comissão Mista de Orçamento, não nos dando inclusive brecha para fazermos qualquer tipo de substituição.

Em função disso e em função de um apelo feito por S. Exa., o Senador Roberto Rocha, que disse acreditar ter condições de poder manter essa emenda de remanejamento, é que nós incluímos, porque a nossa ideia inicial era de não incluímos nenhuma emenda de remanejamento, para não atrapalhar a tramitação normal das emendas de incorporação já apresentadas. Em função disso é que eu não apresentei as outras três emendas de remanejamento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não, tudo bem.

Sendo assim, concluído o relatório de V. Exa., eu vou submeter, então, à discussão o relatório do Senador Fernando Collor. (*Pausa.*)

Se ninguém se apresenta para discuti-lo, então o coloco em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo com o parecer apresentado pelo Senador Fernando Collor permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Sendo aprovado o relatório, então, eu dou lugar à Presidência do Senador Fernando Collor para conduzir a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Muito obrigado a V. Exa., Senador Marcelo Castro.

Nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso I, da Resolução nº 121/2006, do Congresso Nacional, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que as aprovou.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proponho agora a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião da Comissão, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Esta Presidência, ao tempo em que agradece a presença de todas as Sras. e Srs. Senadores, agradece também a disposição dos convidados em comparecer a esta nossa Comissão no dia de hoje e declara encerrada a presente reunião.

Muito obrigado e um bom-dia.

(*Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 27 minutos.*)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

